

PRESIDENTE MÉDICI: A INVENÇÃO DE UM AUTOR

PRESIDENT MÉDICI: THE INVENTION OF AN AUTHOR

Filipe Menezes Soares*

RESUMO

Através de um estudo que privilegia a função histórica e cultural desempenhada pelo autor é que, neste artigo, proponho a análise de textos assinados por Emilio Garrastazu Médici entre os anos de 1969 e 1974. Problematicar a autoria do presidente é apontar algumas características do modo de existência, circulação, funcionamento e apropriação dos discursos do governo civil-militar. Ao mesmo tempo, um estudo de autoria também permite realizar uma descrição do momento histórico no qual está inserido o presidente, entendendo as particularidades do período em que responde como chefe de governo (1969 – 1974). A narrativa pretende estabelecer dois movimentos. O primeiro seria alargar os discursos do Médici, abrindo espaço para que sejam reconhecidos os diversos sujeitos, instituições e representações que compõem essa fala. O outro movimento é entender como a figura de Médici foi construída nesses discursos, onde podemos localizar a subjetividade do autor nos textos publicados e qual papel esse sujeito cumpre na autoria. A partir desse duplo movimento pretendo expor as necessidades políticas do governo civil-militar em fazer do presidente um autor de textos e livros: Emílio Garrastazu Médici é um autor inventado pelo governo civil-militar.

PALAVRAS-CHAVE: MÉDICI, AUTORIA, DISCURSOS, GOVERNO CIVIL-MILITAR.

ABSTRACT

In this article I propose, the analysis of texts signed by Emilio Garrastazu Medici between the years 1969 and 1974, through a study which focuses on the historical and cultural function played by the author. In order to think about it the authorship of the president implicates in pointing out some features of the mode of existence, circulation, operation and ownership of civil-military discourses of the government. At the same time, a study of the authorship also allows a description of the historical moment in which the president is inserted, understanding the particularities of the period that him responds as head of government (1969-1974). The narrative intends to establish two movements. The first would be to extend the speeches of Medici, making room to recognize the various subjects, institutions and representations that in which his speech was produced. The other movement is to understand how the figure of Médici was built in these discourses, where we can locate the subjectivity of the author in published texts and the role that this subject plays in authorship. From this double movement I pretend expose the political needs of the civil-military government makes the president an author of texts and books: Emilio Garrastazu Medici is an author invented by the civil-military government.

KEYWORDS: MÉDICI, AUTHORSHIP, DISCOURSE, CIVIL-MILITARY GOVERNMENT.

* Mestrando no curso de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação da Prof^ª Dr^ª Regina Beatriz Guimarães Neto. Endereço: Avenida Acadêmico Hélio Ramos S/N, Cidade Universitária (PE). CEP: 50670-901. Fone(Fax): (81) 2126-8292.
E-mail: ppghufpe@yahoo.com.br ou ppghufpe@ufpe.br.

Introdução

Médici é um autor¹. Durante a ditadura civil-militar, foi também presidente do Brasil entre os anos de 1969 e 1974. Mas o que me permite afirmar que Médici é um autor? Segundo que condições e sob que formas aquele presidente pôde aparecer enquanto autor no Brasil do início da década de 1970? Essas são algumas das questões que pretendo debater no decorrer do artigo. Elas também constituem importantes questionamentos para a abordagem da autoria na História.

Entender as condições que possibilitaram ao Médici ser autor de determinada obra é também um esforço que expõe o funcionamento das práticas discursivas do governo civil-militar entre os anos de 1969 e 1974. A narrativa pretende estabelecer dois movimentos. O primeiro seria alargar os discursos do presidente, abrindo espaço para que sejam reconhecidos os diversos sujeitos e instituições que compõem essa fala. O outro movimento é entender como o sujeito Médici é construído nesses discursos. Onde podemos localizar a subjetividade do autor nos textos publicados e qual papel esse sujeito cumpre na autoria. A partir desse movimento pretendo expor as necessidades políticas do governo civil-militar em fazer do presidente um autor de textos e livros.

Esses duplo movimento que pretendo realizar estão associados a uma concepção de autoria pensada junto à história. De maneira geral, o autor se constitui na história. Quando alargo a autoria dos discursos de Médici estabeleço também um ponto de encontro entre uma série de acontecimentos ligados à ditadura civil-militar. Problematizar a autoria em Médici é também realizar uma descrição do momento histórico ao qual está inserido o presidente, entendendo as particularidades do período em que responde como chefe de governo (1969 – 1974).

A forma simplificada com que exponho as intenções em discutir a autoria do presidente não exclui a complexidade do problema abordado. A relação do texto com o autor envolve uma série de particularidades. Cada texto aponta para a figura do autor de uma maneira que lhe é própria. No senso comum, a condição de autoria significa atribuir ao sujeito-autor uma posição que é exterior e anterior ao texto. Aparentemente é assim que entendemos um autor. No entanto, desnaturalizar essa relação é conceber a autoria como parte do funcionamento das práticas

¹ Ao todo, o Departamento de Imprensa Nacional publicou dez livros com autoria do Presidente Médici. No decorrer do artigo selecionei três obras para análise. As obras aqui citadas encontram-se indicadas na bibliografia.

discursivas. A autoria responde como um princípio que domina a escrita como prática, ou seja, o autor é uma regra da escrita. Mas esse autor não pode ser entendido como um sujeito único que responde pelo texto. Ele é um fluxo que, na escrita, permite a abertura de um espaço onde o sujeito não para de desaparecer. Por sua vez, o desaparecimento do sujeito é um recurso que facilita o entendimento das práticas discursivas. A maneira com que os discursos se articulam nas relações sociais podem ser melhor discernidas quando investigadas com os usos da “função-autor”². Através da autoria em Médici é possível apontar algumas características do modo de existência, de circulação e de funcionamento dos discursos do governo civil-militar durante o início da década de 1970.

Para realizar um estudo da autoria em Médici, selecionei alguns textos publicados em livro pelo Ministério da Imprensa Nacional. Os livros reúnem os discursos que foram proferidos tanto em eventos públicos específicos como os que foram circulados em rede nacional. Esses pronunciamentos foram todos assinados pelo presidente e posteriormente publicados e distribuídos ao longo do país. São esses pronunciamentos que apresento para análise nesse artigo. São essas publicações que conferem ao então chefe de Estado a condição e status de autor.

No momento em que Médici se torna autor de textos e livros, pude utilizar essas obras como documentos para o estudo dos discursos oficiais do governo. Neste artigo me limitarei a utilizar algumas dessas obras. Elas são fontes importantes para a discussão das operações que relacionam a unidade e a coerência de alguns discursos a um dado sujeito. Escolhi utilizar os livros de uma maneira que abre espaço para pensarmos as fontes como caminhos que não encerram questões, mas estabelecem problemas.

A partir de determinada concepção de governo, os discursos reunidos nas publicações abarcam os mais variados temas da realidade nacional. Estão estritamente ligados ao conjunto de políticas públicas posto em prática pelo governo civil-militar. Para além dos pronunciamentos, antes de serem finalmente publicados e distribuídos, importa dizer que passaram por um minucioso trabalho de seleção e agrupamento. Cada título reúne um conjunto de discursos relacionados entre si. É difícil acreditar que o presidente tenha tido total autonomia no processo de edição e publicação das obras, fato que revela a importância de estudar o recorte a partir da “função-autor”.

² Ver em FOUCAULT, MICHEL. *O que é um autor?* In Ditos e escritos vol. III Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2001.

Os livros ainda hoje estão espalhados em arquivos, estantes, bibliotecas, sebos e livrarias do país. Não foi necessária uma pesquisa minuciosa para encontrá-los. Estão disponíveis a todo historiador e curioso da ditadura. Essa acessibilidade me permite entrever o esforço sistemático do governo em difundir seus discursos. A linguagem escrita foi uma das estratégias utilizadas pelo governo Médici para potencializar a comunicação entre governo e população. Hoje, os livros são fontes que rendem uma série de discussões sobre o período, potencializando o debate e facilitando o entendimento da História recente do Brasil.

A ditadura e o presidente-autor

É muito difícil, diria praticamente impossível, estabelecer um estudo da autoria sem recuperar o momento histórico no qual está inserido. Neste caso, seria um erro isolar a figura do presidente Médici sem estabelecer uma discussão da ditadura e das circunstâncias que marcaram o período. Antes de adentrarmos nos textos selecionados, algumas questões merecem ser abordadas. Em que circunstâncias ou partir de que projeto de governo estão inseridos os discursos de Médici? Bem, não é novidade para o leitor que a autoria dos documentos aqui discutidos é remetida a Emilio Garrastazu Médici. Toda a discussão do artigo permeia essa relação de autoria. Porém, tentar entender de onde vem a necessidade da publicação desses discursos exige uma prévia descrição de algumas circunstâncias políticas que orientaram o funcionamento do governo civil-militar – pelo menos no que toca aos anos de 1969 a 1974.

O general Médici assume a presidência do país em 1969. O momento de sua posse era visto como um período de relativa instabilidade para o governo. O presidente anterior, general Costa e Silva, havia deixado o mandato por motivos de saúde. Era grave seu estado no momento em que abandona seu posto. Não podemos esquecer que num regime de ditadura, ou em qualquer república presidencialista, a centralidade do chefe de Estado é tão grande que qualquer renúncia fragiliza a relação de governo entre as instituições e a população. Com a saída do presidente Costa e Silva, o ano de 1969 foi marcado por algumas dificuldades para a sequência do projeto do governo civil-militar. Havia sido esse mesmo presidente o responsável por promulgar o AI-5 - famoso ato institucional que dissolveu o congresso e estabeleceu os mecanismos legais para institucionalizar, de maneira ainda mais efetiva, a repressão policial e militar à cidadãos, instituições e movimentos de resistência ao regime. A promulgação do AI-5 não foi à toa. Crescia a mobilização política contra o governo da ditadura que, por sua vez, já

respondia com prisões, torturas e assassinatos ³. Quando Costa e Silva deixa seu mandato, uma junta militar é formada para suceder o presidente. A junta permanece no governo entre 31 de Agosto de 1969 e 30 de Outubro de 1969 . Ora, a maioria dos governos ditatoriais sempre utilizaram de uma estratégia política que buscasse fortalecer a identidade pessoal de seus maiores representantes. É nesse momento que Emilio Garrastazu Médici se torna presidente. Ele ocupa a cadeira da presidência após um período em que o governo foi comandado por uma junta militar. O governo necessitava de uma grande figura pública que o representasse. Portanto, o governo Médici estava preocupado em fortalecer a identidade pessoal de um chefe de Estado. Médici foi escolhido, dentre outras questões, para representar essa figura pública. Diante desse cenário é que sugiro ser a autoria uma das estratégias que viria colaborar com a construção da identidade pessoal do presidente e fortalecer a circulação dos discursos de governo.

Médici não era apenas o porta-voz do governo e o responsável pelo diálogo com a população, mas seu próprio autor. A autoria criava um canal direto entre o governo e a população. Era uma das estratégias que visavam garantir a segurança e o apoio ao governo. Por sua vez, a segurança e o apoio foram construídos por meio de políticas e discursos que vieram acompanhados de uma série de medidas repressivas que desarticularam as organizações políticas de resistência.⁴

Com Médici, o governo civil-militar produzia uma retórica triunfalista que consagrava o momento de desenvolvimento econômico do país. Os discursos produziram amplo efeito de verdade e renderam altos índices de aprovação ao governo. Segundo Rezende, esses índices chegaram a 80% de aprovação.⁵ O então sucesso atingido pelo governo estava diretamente associado à propaganda e à multiplicação dos pronunciamentos oficiais⁶. Esses pronunciamentos eram associados à figura do presidente. Remeter a autoria dos discursos ao Médici era colocar o presidente na origem do que era dito pelo governo. Para criar um ambiente de aproximação entre vontade popular e políticas governistas, a “função autor” cumpriu um papel importantíssimo. Através dos pronunciamentos a população tomava conhecimento das políticas do governo. Os discursos de Médici representavam as concepções da ditadura civil-

³ A respeito das práticas de tortura do regime militar, ver MONTEGRO, ANTONIO. História e Memória de Lutas Políticas in Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

⁴ No início do governo Médici era criado o DOI-CODI (O Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna), órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante o regime da ditadura.

⁵ REZENDE, MARIA JOSÉ DE. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964 – 1984*. Londrina: UEL, 2001.

⁶ FICO, CARLOS. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

militar no início da década de 1970. Enquanto autor, era ele mesmo o responsável pelo o que estava sendo dito e era nele em quem a população devia confiar.

Um outro ponto, também ligado ao que entendo por autoria, permite um novo paralelo com o regime civil-militar no Brasil. No texto “*o que é um autor*”⁷ encontramos um esforço intelectual que opta por construir uma genealogia da autoria. A necessidade em atribuir um autor para as obras literárias emerge, inicialmente, pela forma de propriedade e pelo que poderíamos chamar de apropriação penal. O autor nasce inserido no sistema de propriedade ao mesmo tempo em que a escrita passa a ser vigiada mediante a possibilidade de carregar um conteúdo transgressor. Historicamente, assim como os discursos, a escrita traz consigo um campo bipolar: o lícito e o ilícito; o sagrado e o profano; o proibido e o legítimo. Quando as regras sobre os direitos do autor foram estabelecidas, reconhecendo dessa maneira a autoria, mais fácil foi controlar a possibilidade de transgressão que pertencia à escrita. É justamente esse lado transgressor que me interessa aqui. A “função autor” está ligada ao sistema jurídico e institucional. A jurisdição contém, determina e articula o universo dos discursos.

Sendo assim, à medida que os discursos são também uma prática, ou seja, são atos⁸, faz-se necessário saber quem é responsável por eles. A responsabilidade por um texto, por uma pintura, uma peça, enfim, por um discurso, é atribuída a partir da autoria. Portanto, existe uma ligação entre a função autor e o direito de vigiar, censurar, julgar e punir, exercido por uma autoridade ou um poder. Ora, além da propaganda, outro pilar da ditadura foi justamente a capacidade e insistência na vigilância e na censura⁹. Através desse jogo, o governo civil-militar não parava de instituir o que mais acima chamei de bipolaridade dos discursos. Os pronunciamentos do presidente carregam as definições que atribuíam o lícito e o ilícito, o que era passível de ser praticado e o que era proibido.

O poder institucional de praticar a censura lida diretamente com o funcionamento do sujeito autor em nossa sociedade. Quando realizada, uma censura não incide apenas sobre determinada obra, mas também sobre o que entendemos ser seu autor. A própria unidade que a palavra obra designa é tão problemática quanto a pretensa individualidade de um autor. O governo da ditadura, ao identificar algum conteúdo ilícito em determinada obra, logo o relacionava a seu autor. Por sua vez, o responsável pela autoria passava a ser constantemente

⁷ FOUCAULT, MICHEL. *O que é um autor?* In Ditos e escritos vol. III Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2001.

⁸ Ver FOUCAULT, MICHEL. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

⁹ FICO, CARLOS. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins doséculo XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.*

vigiado pela censura. Essa prática foi bastante comum na produção musical brasileira do período. Artistas consagrados da Música Popular Brasileira, como Gilberto Gil, Caetano Veloso e Chico Buarque, tiveram suas composições censuradas pelo governo civil-militar. A perseguição aos autores era tanta que muitos chegaram ao exílio, seja por conta própria ou “a convite” do governo.

O governo civil-militar reprimia o que não deveria ser dito ao mesmo tempo em que instituía o que deveria ser dito e, por conseguinte, seguido, praticado, legitimado. Daí a insistência e o esforço sistemático pela propaganda governista e pela difusão dos pronunciamentos. As obras realizadas pelo Departamento de Imprensa Nacional e assinadas pelo presidente Médici estão inseridas nessa estratégia do governo civil-militar. Como veremos a seguir, são esses discursos que criam a visibilidade de um Brasil promissor. O sentimento de Brasil, o “ame-o ou deixe-o”, caminha lado a lado à retórica triunfal dos discursos de Médici.

Acredito com essa passagem ter circunscrito uma questão importante quanto à autoria. O estudo da autoria permite estabelecer um ponto de encontro entre um certo número de acontecimentos. Através da autoria de Médici pude, logo de início, esboçar o momento histórico de seu governo e assim estabelecer algumas caracterizações. O período demarcado compreende o anos entre 1969 e 1974. Inseridos nesse recorte foram também relatados uma teia de acontecimentos que marcaram a História recente do país. Portanto, a condição de autoria do presidente está relacionada a objetivos e metas do governo civil-militar. Emílio Garrastazu Médici é um autor inventado pelo governo civil-militar.

Discussão da obra

Estar na origem do que foi dito ou escrito não faz do indivíduo um autor. O presidente Medici não é o criador único do que está sendo veiculado em seus discursos. Um discurso, um texto, dá lugar a vários sujeitos. Diferentes egos podem ser encontrados na formação do que está sendo dito. Um discurso expõe várias posições que podem ser ocupadas por classes diferentes de indivíduos.

Por um longo tempo costumou-se chamar o governo do Brasil, entre às décadas de 60 e 80, de ditadura-militar. Essa denominação dava a entender que o governo do período teve comando exclusivo, ou ao menos predominante, das forças armadas. Sim, a participação dos

militares foi decisiva para o afastamento do então presidente João Goulart e para a posterior manutenção de um regime de governo autoritário. As armas que impuseram o golpe foram as mesmas que barraram a resistência à ditadura. No entanto, a medida que a historiografia do período foi se tornando mais complexa, a composição desse governo pôde ser melhor problematizada. A pesquisa histórica possibilitou trazer a tona a importância da participação civil tanto para a realização do golpe político quanto para a legitimidade da ditadura. A historiografia passou a reivindicar uma nomenclatura para o governo da ditadura que abarcasse a participação civil e a legitimidade concedida pela população. O termo tido como mais coerente para denominar o período ainda é o de governo civil-militar¹⁰.

Essa concepção vai ao encontro do que proponho com o estudo de autoria do presidente Médici. Ao isolar certos pronunciamentos é possível identificar posicionamentos que remetem à participação de setores da sociedade civil no governo da ditadura. O presidente Médici é um militar, mas seus discursos não são constituídos somente a partir das forças armadas. Perceber nos pronunciamentos os momentos em que aparecem determinados sujeitos e determinadas instituições é um caminho que aponta para a tese de que a formação do governo da ditadura envolve uma importante participação civil.

A possibilidade de através dos discursos entendermos um pouco mais da participação civil na ditadura não encerra os objetivos do estudo da autoria do presidente Médici. Perceber que existem diferentes estatutos naquilo que é enunciado contribui também para o entendimento do modo em que são produzidos, circulados e interpretados os textos. Nos pronunciamentos do presidente Médici é possível perceber como o autor constrói uma representação da sociedade brasileira para a formação dos seus discursos. Essa operação não é realizada de maneira natural. Ela remete ao próprio processo de circulação da concepção política do governo. O governo só é legítimo se fala a mesma língua da população a ser governada. O ato de governar implica em uma série de relações. Para que essas relações de governo sejam garantidas, os discursos e práticas das instituições e da população devem estar aproximados. Os discursos só podem ser apropriados a medida que dialogam com uma série de posições e sujeitos que estão distribuídos na sociedade como um todo.

No livro intitulado “*Nova Consciência de Brasil*”¹¹ estão reunidos os pronunciamentos do presidente no primeiro trimestre de 1970. Este é apenas o segundo volume dos discursos de

¹⁰ Sobre a composição dos grupos de poder na ditadura utilizo como principal referência as obras do Professor Doutor Carlos Fico, Professor Titular de História do Brasil na UFRJ.

¹¹ PRESIDENTE MÉDICI. *Nova Consciência de Brasil*. Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

Médici. Considero o livro uma importante fonte para visualizarmos com quem está comprometido o terceiro governo da ditadura. Ou seja, com quais sujeitos sociais o presidente Medici está dialogando e quem está ao seu lado na formação de seu governo.

Em mensagem lida em rádio e televisão, por ocasião do sexto aniversário da ditadura, Médici afirma:

“A força inspiradora da Revolução de Março vem das luzes do Aleluia, na simbologia do ressuscitar, do renascer. Os revolucionários da primeira hora sentem essa força dentro de si mesmos, compreendendo que o clarão da Páscoa dilui a sombra do Calvário. O futuro do Brasil pede dos que depois aceitaram a Revolução, dos que afinal reconheceram os seus serviços, ou dos que somente compreenderam ou a ela inclinaram, a grandeza de tê-la como o começo de um novo tempo” (MEDICI, 1970, p. 93).

Esse discurso revela como o governo se apropria de imagens e representações da tradição católica para reforçar a defesa da ordem civil militar que foi instalada no Brasil. Na madrugada do dia 1º de Abril de 1964 era realizado o golpe político que inaugurava a ditadura civil-militar. Era tempo de Páscoa – importante momento do calendário cristão. O governo explora esse acontecimento para relacionar o golpe de Estado, do qual chamam “Revolução”, com a inauguração de um novo tempo. Nas palavras de Médici, o governo civil-militar aparecia como um novo tempo para a história do Brasil. Era a salvação para o país. Comparada ao tempo do ressuscitar e do renascer, a ditadura seria uma espécie de redenção nacional.

Essa relação entre governo e cristianismo não pode ser entendida de maneira espontânea. Ela responde a uma estratégia de governo que pretende se aproximar da Igreja Católica e de um setor da população do qual os militares se uniram para a realização do golpe. Outra passagem do mesmo pronunciamento esclarece essa questão:

“A nação se lembra da Quaresma de 1964, para nós bem mais triste do que todas, porque então se crucificavam os valores democráticos e cristãos da alma brasileira, no cerco da desordem e da turbulência, da injustiça, da demagogia e da intimidação, que haveria de fechar-se na tormentosa sexta-feira 13.

Está bem viva na memória do país a marcha da família, pelas ruas, do sentimento religioso cristão de nosso povo, exigindo o fim de todos os desmandos (MEDICI, 1970, p. 87)”.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, como ficou conhecida essa manifestação de rua, reuniu algumas pessoas que se sentiam ameaçadas pela possibilidade de uma transformação radical na sociedade brasileira. As ameaças eram enxergadas nas “reformas de base” propostas pelo então presidente João Goulart e na aproximação dele a países como China e União Soviética. Cresceram os boatos de um governo popular de influências comunistas. Os boatos propagavam os perigos que o comunismo oferecia à Igreja, à família, à moral e aos bons costumes da população cristã. O movimento pela “Revolução do 31 de Março” se apoiou nessa parcela da população que por sua vez estava disposta a legitimar o governo que brecasse a possibilidade de uma intervenção comunista e barrasse as ameaças às tradições cristãs da população brasileira. Os discursos do terceiro governo continuaram recorrendo a esse setor da população para manter a legitimidade da ditadura civil-militar.

Um outro importante segmento da sociedade na composição do governo civil-militar é o setor empresarial privado. Um conjunto de empresas nacionais e internacionais que participaram dos projetos do governo civil-militar. A esses empreendedores e corporações o governo estava sempre rendendo seu apoio¹². Por ser o comunismo e, por conseguinte, a estatização das forças produtivas uma das constantes justificativas ao golpe, a união dos militares com a iniciativa privada mantém a coerência da política civil-militar. Essa coerência também é passível de ser encontrada no que era dito e escrito pelo presidente Médici. O presidente repetidamente manifestava seu apoio à iniciativa privada:

“Assim sendo, desejo definir aqueles objetivos nacionais que considero prioritários do meu govêrno. Quero referir-me, primeiro, à concentração de esforços no sentido de que seja alcançado um ritmo de *desenvolvimento acelerado e sustentável*. Busco a compatibilidade desse esforço desenvolvimentista com a *estabilidade interna* consubstanciada na segurança. E procurarei alcançar esse desenvolvimento e essa segurança com a *construção de uma sociedade politicamente aberta*, que concilie a necessidade de manutenção da aceleração do desenvolvimento com a manutenção das liberdades e com **o maior grau possível de privatismo e descentralização do poder econômico**” (MÉDICI, 1970, p. 65, grifo nosso)

¹² A respeito da aliança entre o governo civil-militar e a iniciativa privada, ver GUIMARÃE NETO, REGINA B. A lenda do ouro verde: política e colonização do Brasil Contemporâneo. Cuiabá: UNICEM, 2002.

O desenvolvimento econômico do país, objetivo central do governo Médici, só poderia ser realizado pela aliança entre o Estado e o capital privado. Todos os grandes projetos econômicos contaram com a participação desse setor. Estar ao lado da iniciativa privada demarcava o compromisso do governo civil-militar com o capitalismo. Essa concepção de governo também manifesta a participação de grupos empresariais na sua própria composição. Os empresários estavam ao lado da ditadura e construíam o governo que lhes rendiam altos índices de lucratividade. A legitimidade do governo-civil militar contava com o apoio da iniciativa privada, classe que detinha a força do poder aquisitivo. Os discursos do presidente cediam uma posição em que essa classe de indivíduos viria ocupar.

Em outro discurso do presidente é possível visualizar como é definido o sujeito político concorrente dos projetos e das concepções político-econômicas do governo civil-militar:

“A prosperidade ou crescimento econômico se converte, pois, em nossos dias, em elemento essencial para que se possa alcançar o bem-estar coletivo. Pecaria, realmente, contra o senso comum quem pretendesse distribuir, em proporções cada vez maiores, bens que na mesma razão não crescessem” (MEDICI, 1970, p. 48).

Era inimigo do governo Médici o sujeito que defendesse a distribuição de renda e propriedade no Brasil da década de 70. O discurso da distribuição de renda e propriedade era levado a cabo por aqueles indivíduos que compunham organizações de bases comunistas, mas também por uma série de políticos que compunham o governo do país no momento do golpe. No início da ditadura era esse mesmo discurso que ameaçava as tradições cristãs, a família e a propriedade de parte dos brasileiros. Da mesma forma, entre 1969 e 1974, esse discurso também fazia parte do conjunto de organizações políticas de oposição ao governo da ditadura.

Logo depois do golpe, uma série de conflitos políticos marcaram o país. Como dito acima, no terceiro governo também existia a resistência de certo grupo da população à ditadura. Diante dessas situações, a participação dos militares foi determinante para blindar o governo. E os discursos do presidente Médici também estavam carregados pela presença das forças armadas:

“E aqui me faço solidário com todos aqueles que, no anonimato e com o risco da própria vida, agentes injustiçados da segurança deste país, enfrentam, de peito aberto, a contestação, a violência, a libertação dos instintos, o desrespeito à lei. Graças aos seus sacrifícios, estamos vencendo o terrorismo

de minoria enganada pela falácia de sistemas de vida incompatíveis com a índole de nossa gente e vislumbramos já a total normalização da vida nacional” (MEDICI, 1970, p. 80).

A segurança necessária à continuidade da ditadura é garantida pelo militarismo das forças armadas. Os pronunciamentos do presidente trazem constantemente a importância da participação militar para a manutenção do governo. Segundo a retórica do presidente Médici, para a realização do desenvolvimento econômico e para a manutenção dos princípios cristãos era necessária uma segurança que só os militares poderiam garantir.

Porém, os militares também aparecem nos discursos cumprindo outra função que não só a de garantir segurança à população brasileira. O perfil militar do próprio presidente é também exaltado no que toca a suas condutas enquanto chefe da nação. Alguns princípios militares são por ele defendidos em discurso proferido para a Vila Militar, em 21 de Fevereiro de 1970:

“Tenho pautada minha conduta nos princípios básicos que os camaradas conhecem e praticam; **o respeito à autoridade, a firmeza de propósito, a autenticidade, a clareza de atitudes, a austeridade, a disciplina e a hierarquia.** Na reciprocidade, tenho consciência de que todas as minhas atitudes e determinações de Comandante-em-Chefe terão a plenitude da correspondência de meus comandados, dentro do rigor das normas institucionais que nos regem a todos” (MEDICI, 1970, p. 30, grifo nosso).

Esses são alguns dos princípios de uma formação militar que, segundo o próprio Médici, eram marcas de sua postura enquanto presidente. Mais do que formar a conduta de um indivíduo, esses valores constituem determinado perfil de governo. Encontrar na população que se identifica com esses princípios a legitimidade de seu governo: esse era o efeito que queria causar o presidente.

Os discursos do governo são suas próprias políticas públicas. Nesses discursos podemos perceber a maneira com que é moldada uma determinada concepção da realidade do país para assim serem estruturados seus projetos políticos para a nação.

Para pensar a formação dos discursos e a condição de autoria atribuída a Médici, outra questão se impõe. Não existe a origem desses pronunciamentos. Um autor não está na origem do que está sendo dito ou escrito por ele. Os discursos estão distribuídos no cotidiano. Sua

dimensão prática é justamente a maneira com que as pessoas reproduzem esses discursos no seu dia-a-dia. Portanto, ao me lançar sobre os discursos oficiais, tenho a consciência de que eles não se originam no próprio Estado. Eles são recortados, reagrupados, selecionados e ordenados por esse local de enunciação. É justamente por não partirem do Estado, mas por refletirem uma série de sujeitos sociais, que os discursos de Médici encontram o eco necessário ao exercício de seu governo .

Os pronunciamentos do presidente Médici expõe uma pluralidade de posições de autores. Neles estão contidos uma diversidade de vozes. A invenção do presidente-autor cumpre determinada função no que toca ao status adquirido pelos discursos oficiais. A circulação e apropriação desses discursos também são fortalecidas com a condição de autoria atribuída ao presidente Médici. A função exercida pela autoria é que conduz o que está sendo dito e escrito pelo governo a uma individualidade autoral única. A autoria é então um princípio de identificação dos discursos. A partir dos pronunciamentos do presidente Médici foi possível visualizar a maneira como os discursos fazem emergir diferentes egos, diferentes indivíduos, sejam eles concorrentes ou colaboradores.

Autoria e identidade pessoal

Mas não seria exatamente a potencialidade adquirida pelos discursos, no momento em que são atribuídos a certo autor, que atestam o privilégio do sujeito nos estudos de autoria? Neste caso, não seria mais importante ao estudo de autoria analisar as potencialidades adquiridas pelo discurso oficial no momento em que o sujeito Médici torna-se o seu autor?

O que mais me importa com esse estudo é questionar o papel absoluto e fundador adquirido pelo presidente Médici no momento em que se transforma em autor dos discursos do governo. Não me interessa se Médici tinha liberdade suficiente para dar um sentido próprio ao que estava sendo dito e escrito. O que pretendo é entender segundo que condições e sob que formas o presidente pode aparecer enquanto autor no Brasil do início da década de 1970. Que lugar Médici pôde ocupar em cada tipo de discurso e que funções ele exerceu são questões que não retomam um sujeito originário, mas os modos de funcionamento desse sujeito. O sujeito é uma função variável e complexa do discurso.

Apesar de seus ditos e escritos serem na maioria das vezes relacionados aos papéis de uma instituição, no momento em que o próprio presidente se torna único autor, todos os discursos oficiais são remetidos a uma única identidade pessoal. Transformar o presidente em autor é uma função ligada a difusão, status e interpretação dos discursos do governo civil-militar.

No entanto, nem todos os discursos oficiais compostos no Departamento de Imprensa Nacional atribuem a autoria ao presidente Médici. Apenas alguns pronunciamentos por ele lidos em determinados eventos foram publicados com sua autoria. Mas o presidente é o maior porta-voz de seu governo. Por ser figura pública, tudo o que por ele for dito pode ser identificado como concepção de seu governo. É o que acontece com os textos dos quais Médici é o autor. Os pronunciamentos são previamente selecionados, agrupados e posteriormente publicados. O cuidado do governo com os discursos publicados quebra com a relação de autoria que estabelece uma posição de origem ao que está sendo dito e escrito. Os discursos do presidente acompanham uma série de indivíduos e sujeitos sociais que compõem seu governo. Médici é então um autor inventado pela ditadura civil-militar.

Apesar de ser um autor inventado, existem alguns elementos que garantem a ligação entre o sujeito Médici e os seus ditos e escritos. O nome do autor é uma descrição que envolve tanto a sua biografia quanto o conjunto de textos publicados por ele. A ligação entre o sujeito Médici e os discursos oficiais podem ser retomadas através de uma série de passagens contidas em seus próprios pronunciamentos.

No dia 3 de março de 1973, o presidente Médici se encontrava no interior do Rio Grande do Sul, mais precisamente na sua cidade natal, o município de Bagé. Em discurso proferido no Clube Comercial, Médici afirmava:

“Em todos os intervalos de minha vida profissional, totalmente dedicada ao Exército, sempre me encontrei entre vós. Aqui recebi minhas primeiras lições de meus pais e de meus mestres e, assim, aqui formei o meu próprio lar. Os valores fundamentais da vida, o culto à Religião, à Pátria e à Família; a consciência de que não se pode fugir a nenhum sacrifício para se honrar as convicções ou a palavra empenhada; (...) - foram algumas das coisas que aprendi, que me fizeram ser o que sempre fui e serei: um homem de campanha” (MEDICI, 1970, p. 37).

Aponto agora algumas características do sujeito Médici, definidas pelo próprio indivíduo, que atestam algum tipo de ligação com os textos de sua autoria. O apelo à religião cristã é uma delas. O discurso cristão do governo civil-militar está associado ao apoio recebido dos setores conservadores da Igreja Católica, assim como das pessoas representadas pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada primeiramente em São Paulo. Esse grupo foi parte importante no que toca a legitimidade adquirida pela ditadura e ao apoio de grande parte da população ao governo do presidente Médici. No entanto, a regularidade com que aparece o cristianismo nos pronunciamentos de Médici também pode ser associada à descrição do autor. Segundo o próprio Médici, foi na sua cidade natal, ou seja, desde o início de sua vida, que aprendeu os valores de culto à religião e à família. Médici foi uma pessoa apegada à religião cristã.

Mais na frente o presidente também se define como um “homem de campanha”. Como dito no pronunciamento acima, a vida profissional de Médici se deu integralmente dentro do Exército brasileiro. Foi aí que empreendeu sua campanha. Médici participou ativamente do movimento que em 24 de Outubro de 1930 depôs Washington Luís e em 3 de Novembro colocou Getúlio Vargas no poder. No dia 6 de Outubro daquele ano foi comissionado pelo próprio Vargas como chefe supremo dos revolucionários. Como oficial, conduziu as tropas de seu regimento até o ponto de junção das forças rebeldes. Era mais um acontecimento da história do país que contava com a participação política dos militares.

Em 1969, já no decorrer da ditadura, Médici foi promovido ao posto mais elevado de sua carreira militar. Nesse ano, foi nomeado pelo então presidente Costa e Silva para assumir o comando do III Exército Brasileiro. Dois anos antes, contudo, Médici já ocupava cargos elevados no governo civil-militar. Em 1967 se tornou chefe do SNI – o Sistema Nacional de Informação. O SNI foi um órgão criado em 1964, no decorrer da própria ditadura. Importante Órgão de Inteligência, o SNI era responsável, dentre outras funções, por formar os agentes militares que se envolviam com a repressão das organizações políticas contrárias à ditadura. Era também nos arquivos dessa instituição que se encontravam as informações reunidas pela política de vigilância da ditadura civil-militar.

O fato de Médici ter ocupado o posto máximo desse “ministério” também contribuiu para a regularidade com que aparecem nos discursos oficiais o objetivo do governo em afastar as “ameaças políticas” que combatiam o regime. A cruzada contra a “subversão” foi radicalizada durante o governo do general Médici. O assassinato de importantes indivíduos que

compunham a resistência, como Carlos Mariguella, e o genocídio cometido na guerrilha do Araguaia, foram alguns dos acontecimentos que marcaram o terceiro governo da ditadura.

Ainda no discurso proferido em bagé, Médici afirma:

“Mais do que os usos e os costumes típicos; mais que o pastoreio, o chimarrão, o manejo do laço e boleadeiras, o pala e a bombacha; mais do que todos êsses padrões culturais que foram impostos às diversas correntes de imigrantes, que vieram formar o Rio Grande do Sul – os gaúchos souberam construir um sistema de princípios morais a que nenhum de nós pode trair, sem se trair a si mesmo (MEDICI, 1970, p. 38)”.

Nessa passagem, Médici apresenta alguns padrões culturais que formaram a identidade do gaúcho. Contudo, aponta que esses costumes foram impostos à corrente de imigrantes que formaram o Rio Grande do Sul. Médici era ele próprio filho de imigrantes. Seu pai era comerciante e fazendeiro de origem italiana e sua mãe descendia de ricos estancieiros de origem basca espanhola¹³. Para ele, mais importante que assimilar os elementos culturais que lhe foram impostos, a identidade gaúcha lhe ofereceu o que tinha de melhor: “um sistema de princípios morais”. Médici opera um deslocamento na medida em que desconsidera a herança cultural gaúcha em troca da invenção de um conjunto de princípios morais que compõe a identidade daqueles que nasceram no Rio Grande do Sul.

Esse conjunto de princípios morais está ligado aos ensinamentos recebidos e aprimorados durante quase meio século na escola do Exército Brasileiro. Médici era um militar de carreira. Enquanto presidente, tentava aplicar os conhecimentos cívicos difundido nas academias militares. Os princípios morais presentes na vida do gaúcho Médici e aprimorados na sua carreira militar são também encontrados na produção dos discursos dos quais o presidente responde pela autoria. O que importa é perceber que a experiência de vida de Médici, sua formação e carreira profissional, contribuiu para que se tornasse o presidente do país no ano de 1969 e, por conseguinte, autor de uma série de textos. Se sua trajetória de vida permitiu que ele

¹³ As informações referentes à vida e à carreira militar de Médici foram retiradas do verbete de tipo biográfico escrito por Sônia Dias, presente no arquivo do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas. Segue a referência desse texto: MÉDICI, Emílio Garrastazu, *militar; rev. 1930; ch. SNI 1967-1969; comte. III Ex. 1969; pres. Rep. 1969-1974.

fosse presidente, permitiu também que fosse autor, influenciando o que estava sendo dito e escrito pelo presidente. Nesse caso, foi por ter sido presidente que o porta-voz do governo foi também autor.

Discursos e necessidades políticas do governo civil-militar

No momento em que o Departamento de Imprensa Nacional publica os discursos do presidente Médici, um recorte é feito. A publicação e circulação desses enunciados exige que alguém responda por sua autoria. Em torno desses livros, dos discursos veiculados pelos textos, é criada uma unidade de pensamento em relação ao seu autor. Nessas obras está reunido o conjunto dos pensamentos do presidente e suas pretensões para com a Nação. Esse agrupamento permite às pessoas da época o contato com as concepções do governo, assim como constituiu um legado histórico para aqueles que queiram revisitar seus pronunciamentos. A atribuição da autoria à Médici é então uma operação que traça fronteiras e impõe limites. O que pensava Médici em relação ao Brasil quando Presidente? O que queria o chefe da Nação no momento em que estava à frente do governo? Nos textos publicados estariam as respostas para essas questões; ali o próprio indivíduo Médici é que responde a elas. Traçar outros caminhos para respondê-las é escamotear a intenção do presidente. Esse é o efeito criado pela noção cultural e histórica que temos do que é um autor. Tal operação abre espaço para termos contato com mais uma astuta estratégia do governo civil-militar.

Relembrei algumas questões óbvias. Desde 1964 o Brasil vivia uma ditadura. À população não era concedido o direito de escolha por seus representantes. Neste regime de governo não é permitida a constituição de organizações opositoras. No exercício de governo uma série de arbitrariedades eram cometidas para garantir, pela força, a manutenção e a integridade do regime civil-militar. Perseguições, prisões e torturas eram algumas das práticas que apesar de serem comuns eram constantemente negadas pelo governo. Qualquer um que as tentasse denunciar estaria criando uma mentira. As críticas ao governo não eram toleradas e, no momento em que o governo publica os discursos e os atribui uma autoria ele institui uma verdade. Nesses pronunciamentos estariam as verdadeiras e únicas intenções do governo.

Dessa maneira, a autoria de Médici é como se autenticasse as intenções de seu governo. É criado um efeito do qual não haveria prática relevante que não estivesse sendo dita por sua

maior autoridade. Essa conclusão me é permitida não somente através dos livros do qual Emilio Garrastazu Médici é autor. Junto aos livros publicados, estão uma série de realizações e projetos de governo que corroboram com os discursos publicados. Os textos estão vinculados a um conjunto sistemático de políticas públicas que lhes dá garantia. Esses pronunciamentos estão sendo acompanhados por grandes projetos de governo, como o Plano de Integração Nacional, que articula a construção de grandes rodovias e a inserção da agroindústria na Amazônia.¹⁴

Uma vez que o próprio presidente é também autor, ele torna-se característica do modo de existência dos discursos de governo. A autoria agrega aos discursos determinado status e efeito de autenticação. Esse princípio demarca a circulação desses discursos no interior da sociedade. Uma das maneiras da população ter contato com os objetivos políticos do governo é justamente através das palavras do próprio presidente. Palavras essas que agora já não estão dispersas em seus pronunciamentos, mas reunidas em texto, publicadas em livro. O presidente não é mais somente aquela figura pública que comanda o Estado brasileiro. É também autor e, como tal, reveste seu discurso com um novo compromisso e autoridade. A função que a autoria do presidente Médici demarca é característica do modo de existência, circulação e do funcionamento dos discursos do governo civil-militar no interior da sociedade brasileira entre os anos de 1969 e 1974.

Essas considerações me permitem um novo deslocamento. O nome de autor não é simplesmente um elemento em um discurso. A autoria, ao ser atribuída a Médici, não significa, por parte do governo, um uso puro e simples do indivíduo que é também presidente. O autor não pode ser naturalmente pensado como complemento, da mesma maneira que Médici não pode ser substituído por um pronome. Quando encontramos livros e textos em que a autoria é atribuída ao então presidente, uma nova janela se abre para o estudo dos discursos da ditadura civil-militar. O autor exerce um certo papel em relação ao discurso. A relação entre o autor Médici e os discursos do governo abre espaço para entendermos o período da ditadura por novos caminhos.

Essa operação só é permitida se aceitarmos o fato do nome do autor funcionar, dentre outras coisas, para caracterizar o modo de ser do discurso. A possibilidade de relacionar o texto com o sujeito autor, ou seja, poder afirmar que “isso foi escrito por tal pessoa” é quebrar o elo entre o que está sendo dito pelo autor e uma palavra cotidiana, indiferente. No caso dos pronunciamentos do presidente Médici, uma vez que se tornam obra, suas palavras ganham uma

¹⁴ A respeito da investida do governo civil-militar na Amazônia, ver IANNI, OTÁVIO. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

nova força e um sentido mais complexo. Elas se afastam do que é imediatamente consumível para ser recebida de uma determinada maneira e que deve, no interior da sociedade, receber um certo status. O que o governo faz é instaurar, através da autoria atribuída ao presidente, um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser. As obras carregam uma certa regularidade no que está sendo dito, ao mesmo tempo em que os discursos estão todos articulados aos projetos e políticas públicas do governo civil-militar entre os anos de 1969 e 1974.

Ao escolher estudar esse período através de um estudo de autoria, estabeleço algumas relações que envolvem certa maneira de pensar a história. É importante afirmar que os discursos do governo são aqui estudados a partir de suas modalidades de existência. As fontes são justamente aqueles textos dos quais Médici reivindica uma posição de autor. Portanto, não me interessa buscar os conceitos operados pelo presidente no decorrer de seus textos – como denominar o golpe militar de “Revolução”. Entendo que o estudo da autoria contribui com o entendimento da maneira com que os discursos se articulam nas relações sociais. Ou seja, propor a relevância de um estudo que problematiza o presidente Médici enquanto autor é encarar que essa operação está ligada à maneira como a sociedade brasileira da época se apropriou dos discursos do governo e, em sua maioria, respaldou suas políticas. Isso não significa que, na relação entre governo e população, a autoria seja uma condição aos chefes de Estado para uma relação de governo estável. Contudo, o governo ditatorial do Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, carrega consigo algumas especificidades. No que toca ainda mais ao governo Médici, a insistência nas políticas de propaganda, nos grandes projetos e na circulação intensa de discursos oficiais não é algo que deve ser menosprezado nem muito menos deixado de lado pela História. Por isso, considero que o estudo da autoria tem muito a contribuir para o entendimento dessas práticas de governo e de seu funcionamento. Neste estudo, destaco que a apropriação dos discursos varia de acordo com cada cultura e com cada momento histórico específico - assim funcionou no Brasil do início da década de 70.

Os textos assinados por Médici me permitem cercar os discursos oficiais do governo civil-militar. Considero dessa forma que todos os textos atribuídos ao presidente são eles próprios um conjunto de objetivos, metas e realizações do governo da ditadura. Já o esforço por parte do governo em publicar e distribuir os textos de autoria do presidente está associado à necessidade de um governo ditatorial em garantir a propagação de um discurso unilateral, ao mesmo tempo que perseguia e censurava possível críticas. Contudo, a força que os textos exerceram só pode ser mesurada quando inserida no conjunto de realizações e práticas do governo. Ao isolar a autoria para pensarmos a apropriação desses discursos, posso afirmar que

ela é determinante para o status adquirido pelos pronunciamentos. Os textos são envoltos por uma noção de autoridade que só a autoria é capaz de garantir-lhes.

Uma outra questão fortalece a noção de autoridade atribuída aos pronunciamentos do presidente: o lugar de enunciação do qual Médici profere seus discursos. Esse lugar é justamente o Estado. Como venho analisando, Médici não é apenas um autor; ele é um autor-presidente. Isto fortalece seus argumentos e os revestem duplamente por uma noção de verdade e de autoridade. Tanto por ser autor, como também presidente, seus discursos são duplamente formados pelas formas institucionais e jurídicas. Como disse anteriormente, a noção de autoria remete à necessidade de se estabelecer o responsável pelo o que é dito ou escrito. Quando transgressores, os indivíduos situados na origem dos discursos, autores, são passíveis de punição. O autor é também um dispositivo penal para a delimitação do que é passível ou não de ser dito em certa sociedade. Médici parece não ter tido muito problema com isso. Ele é produzido e inventado enquanto autor no âmago das formas institucionais e jurídicas de sua época. Seu discurso demarca os limites entre o que é lícito e ilícito no governo civil-militar entre os anos de 1969 e 1974. Instituem a legalidade e afastam os perigos à manutenção do “*status quo*” da ditadura.

Médici: a invenção de um autor

Agora pretendo dar continuidade, de forma mais detalhada, ao papel do governo na produção dos discursos e na atribuição da autoria a Médici. Como antecipei acima, a noção de verdade está imbricada na noção de autoridade. Os discursos do governo civil-militar são exemplos que expõem com competência essa relação entre verdade e autoridade. Ao Estado cabe os cálculos que permitam uma melhor gestão da população a ser governada¹⁵. Os discursos que acompanham a interdição governamental são então carregados pela verdade. Dito de outra maneira, todos os pronunciamentos do presidente manifestam a vontade de estabelecer o que está sendo dito como verdadeiro. Isso porquê, nesses discursos estão contidas as intenções, objetivos, projetos e metas do governo da ditadura entre os anos de 1969 e 1974. Se o que está sendo dito pelo presidente não for tomado como verdade, como pôr em prática as políticas públicas do governo civil-militar? Portanto, ter vontade de estabelecer algo que se tome por verdadeiro é assumir também uma vontade de interdição.

¹⁵ Ver FOUCAULT, MICHEL. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Se a verdade é utilizada como um caminho para a interdição, ela é também produtora de algo artificial. Vejamos. O que está sendo dito pelo presidente Médici são argumentos que vão ao encontro da concepção governista da realidade nacional. Tal concepção estava longe de ser a única maneira de se pensar os rumos do país. Apesar dos índices indicarem 80% de aprovação¹⁶, havia oposição e resistência ao governo Médici. Existiam outros discursos que, dentre outras coisas, condenavam a arbitrariedade política da ditadura e sua aliança com o capital privado. Esses grupos opositoristas estavam do lado de outras verdades que não as do governo civil-militar. Sendo assim, as opiniões do governo civil-militar naquele momento da ditadura não refletiam toda a sociedade, mas eram hegemônicas. Por serem hegemônicas, aceitas enquanto verdade por uma maioria, eram elas que modelavam a realidade nacional. Portanto, ao tomar os discursos do governo como cobertos pela verdade, as políticas do governo civil-militar eram construídas. Os pronunciamentos do governo Médici não manifestam uma verdade a priori, absoluta. Mas no momento em que foram esses os discursos que articularam as interdições do governo civil-militar, todos os pronunciamentos passam, hegemonicamente, a serem revestidos pela verdade.

Se a verdade é produtora de algo artificial, como pensar então a autoria? A condição de autor estaria ela própria imbricada no jogo das representações que constituem essa artificialidade. Uma vez que aceitamos que o conjunto de discursos do governo civil-militar estão articulados com suas políticas, aceitamos também que o que está sendo dito pelo presidente não representa apenas suas concepções. Como discutido anteriormente, os pronunciamentos de Médici, assim como as políticas do governo da qual é representante maior, são textos elaborados com a contribuição de uma série de “posições-sujeito” envolvidos com os projetos de governo. Os discursos remetem a uma série de grupos sociais que compõe o governo civil-militar. Assim como a verdade é artificial, também o é a autoria. Médici é um autor inventado.

A discussão entre verdade e autoridade que iniciei no tópico anterior aqui também deve ser atualizada. No momento em que o governo civil-militar atribui à Médici a autoria de uma série de discursos, o faz também por questões de autoridade. A intenção do governo da ditadura é fazer circular massivamente seus discursos. A publicação dos pronunciamentos está inserida nessa estratégia. Por questões históricas e culturais, publicar livros exige a atribuição da autoria – principalmente quando o objetivo é produzir efeitos de verdade¹⁷. Não é difícil a conclusão de

¹⁶ REZENDE, MARIA JOSÉ DE. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964 – 1984*. Londrina: UEL, 2001.

¹⁷ Ver CHARTIER, ROGER. *O que é um autor? Revisão de uma genealogia*. São Paulo: EdUFSCar,

que, pelo menos de início, a figura mais indicada para assinar os pronunciamentos, ou seja, para se constituir enquanto autor, seria justamente a figura do Presidente Médici. Uma das razões pode ser encontrada na noção de autoridade. O responsável direto pelos discursos do governo civil-militar, entre os anos de 1969 e 1974, era então a sua maior autoridade: o general Médici. De início nada mais óbvio que responsabilizar o presidente pelas ações de seu governo; ou fazer do presidente o autor dos pronunciamentos de governo. Mas o estudo da autoria não se limita a entender a atribuição de um discurso a um indivíduo. O autor exerce uma função. Como também já mencionei, essa função é característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade. Sendo assim, o que me interessa com o estudo da autoria em Médici não se forma espontaneamente como a atribuição de um discurso a um indivíduo. É uma operação complexa que constrói um certo ser de razão que se chama autor. Aqui, esse ser de razão atende pelo nome de Emilio Garrastazu Medici. Ao general é atribuída a autoridade para poder falar de uma série de problemas, projetos e soluções para a realidade nacional. E quando o mesmo presidente se torna um autor, ele se transforma em um indivíduo que por sua vez é profundo conhecedor da realidade nacional. A esse indivíduo a população poderia confiar o destino do país.

Considerações Finais

A autoria de Médici é resultado de uma atribuição institucional. O governo decide por ser o presidente também um autor. Essa decisão remete a uma série de demandas sociais que, conscientemente ou não, fizeram o governo enxergar a necessidade de produzir um sujeito-autor. Foram então mecanismos sociais e institucionais que fizeram de Médici um autor. Sua autoria é uma invenção. Isso significa que estar na origem do que foi dito ou escrito não faz de um indivíduo um autor. No caso de Médici, por se tratar de pronunciamentos oficiais, podemos até desconfiar se o presidente era mesmo o responsável por redigir seus discursos; se ele próprio os escrevia ou apenas os lia. Mas o que importa é que o autor é formado por uma série de recortes, seleções e agrupamento de discursos ligados ao funcionamento de certa sociedade.

Essas são algumas características que fazem do autor uma função. O esforço intelectual que permite pensarmos o que é um autor em nossa sociedade, o que faz dele uma função, é o mesmo que nos permite entender o autor enquanto uma ficção. Na investigação dos mecanismos

sociais e institucionais que resultaram na atribuição de autoria ao presidente Médici está exposta a frágil relação entre o autor e sua obra. Portanto, a função-autor não é somente uma função, mas também uma ficção. O autor Médici é uma invenção do governo civil militar.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CHARTIER, Roger. *O que é um autor? Revisão de uma genealogia*. São Paulo: EdUFSCar, 2012.

FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*". In *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *O que é um autor?* In *Ditos e escritos vol. III Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2001.

_____. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUIMARÃES NETO, Regina B. *A lenda do ouro verde: política e colonização do Brasil Contemporâneo*. Cuiabá: UNICEM, 2002.

IANNI, Otávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

MÉDICI, EMÍLIO GARRASTAZU. *Nova Consciência de Brasil*. Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

MÉDICI, EMÍLIO GARRASTAZU. *O povo não está só*. Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

MÉDICI, EMÍLIO GARRASTAZU. *Tarefa de todos nós*. Departamento de Imprensa Nacional, 2ªed, 1973.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Metas e bases para ação de governo*. Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

MONTEGRO, Antonio. *História e Memória de Lutas Políticas*, in *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964 – 1984*. Londrina: UEL, 2001.

Recebido em 9/03/2014/
Aprovado em 15/07/2014.